

*Humberto Ávila*

***TEORIA DOS PRINCÍPIOS***

*da definição  
à aplicação dos princípios jurídicos*

*14ª edição,  
atualizada*

**TEORIA DOS PRINCÍPIOS**  
*da definição à aplicação dos princípios jurídicos*

© HUMBERTO ÁVILA

*1ª edição, 04.2003; 2ª edição, 09.2003; 3ª edição, 03.2004;*  
*4ª edição, 1ª tiragem, 08.2004; 2ª tiragem, 03.2005;*  
*5ª edição, 03.2006; 6ª edição, 09.2006; 7ª edição, 07.2007;*  
*8ª edição, 04.2008; 9ª edição, 02.2009; 10ª edição, 08.2009;*  
*11ª edição, 08.2010; 12ª edição, 03.2011; 13ª edição, 03.2012.*

ISBN 978-85-392-0176-1

*Direitos reservados desta edição por*  
**MALHEIROS EDITORES LTDA.**  
*Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171*  
*CEP 04531-940 – São Paulo – SP*  
*Tel.: (11) 3078-7205 Fax: (11) 3168-5495*  
*URL: [www.malheiroseditores.com.br](http://www.malheiroseditores.com.br)*  
*e-mail: [malheiroseditores@terra.com.br](mailto:malheiroseditores@terra.com.br)*

*Composição*  
PC Editorial Ltda.

*Capa*  
*Criação: Vânia Lúcia Amato*  
*Arte: PC Editorial Ltda.*

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*  
03.2013

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO INGLESA (“THEORY OF LEGAL PRINCIPLES”)</b>	
– PROF. FREDERICK SCHAUER .....	5
<b>PREFÁCIO DA EDIÇÃO ALEMÃ (“THEORIE DER RECHTSPRINZIPIEN”)</b>	
– PROF. CLAUS-WILHELM CANARIS .....	7
<b>PREFÁCIO – PROF. EROS ROBERTO GRAU</b> .....	11
<b>NOTA À 14ª EDIÇÃO</b> .....	13
<b>NOTA À 13ª EDIÇÃO</b> .....	15
<b>NOTA À 12ª EDIÇÃO</b> .....	15
<b>NOTA À 11ª EDIÇÃO</b> .....	16
<b>NOTA À 10ª EDIÇÃO</b> .....	16
<b>NOTA À 9ª EDIÇÃO</b> .....	17
<b>NOTA À 8ª EDIÇÃO</b> .....	17
<b>NOTA À 7ª EDIÇÃO</b> .....	17
<b>NOTA À 6ª EDIÇÃO</b> .....	18
<b>NOTA À 5ª EDIÇÃO</b> .....	18
<b>NOTA À 4ª EDIÇÃO</b> .....	19
<b>NOTA À 3ª EDIÇÃO</b> .....	19
<b>NOTA À 2ª EDIÇÃO</b> .....	20
<b>1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS</b> .....	27
<b>2. NORMAS DE PRIMEIRO GRAU: PRINCÍPIOS E REGRAS</b>	
<b>2.1. Distinções preliminares</b>	
2.1.1 <i>Texto e norma</i> .....	33
2.1.2 <i>Descrição, construção e reconstrução</i> .....	34
<b>2.2 Panorama da evolução da distinção entre princípios e regras</b> .....	38

<b>2.3</b>	<b><i>CrITÉRIOS de distinção entre princípios e regras</i></b>	
2.3.1	<i>CrITÉrio do “caráter hipotético-condicional”</i>	
2.3.1.1	Conteúdo .....	43
2.3.1.2	Análise crítica .....	44
2.3.2	<i>CrITÉrio do “modo final de aplicação”</i>	
2.3.2.1	Conteúdo .....	48
2.3.2.2	Análise crítica .....	49
2.3.3	<i>CrITÉrio do “conflito normativo”</i>	
2.3.3.1	Conteúdo .....	56
2.3.3.2	Análise crítica .....	57
<b>2.4</b>	<b><i>Proposta de dissociação entre princípios e regras</i></b>	
2.4.1	<i>Fundamentos</i>	
2.4.1.1	Dissociação justificante .....	70
2.4.1.2	Dissociação abstrata .....	71
2.4.1.3	Dissociação heurística .....	74
2.4.1.4	Dissociação em alternativas inclusivas .....	75
2.4.2	<i>CrITÉrios de dissociação</i>	
2.4.2.1	CrITÉrio da natureza do comportamento prescrito .....	78
2.4.2.2	CrITÉrio da natureza da justificação exigida .....	80
2.4.2.3	CrITÉrio da medida de contribuição para a decisão .....	83
2.4.2.4	Quadro esquemático .....	85
2.4.3	<i>Proposta conceitual das regras e dos princípios</i> .....	85
2.4.4	<i>Análise do uso inconsistente da distinção fraca entre regras e princípios</i> .....	91
2.4.5	<i>Análise do uso inconsistente da distinção forte entre regras e princípios</i> .....	93
2.4.6	<i>Diretrizes para a análise dos princípios</i> .....	98
2.4.6.1	Especificação dos fins ao máximo: quanto menos específico for o fim, menos controlável será sua realização .....	99
2.4.6.2	Pesquisa de casos paradigmáticos que possam iniciar esse processo de esclarecimento das condições que compõem o estado ideal de coisas a ser buscado pelos comportamentos necessários à sua realização .....	99
2.4.6.3	Exame, nesses casos, das similaridades capazes de possibilitar a constituição de grupos de casos que girem em torno da solução de um mesmo problema central .....	100
2.4.6.4	Verificação da existência de critérios capazes de possibilitar a delimitação de quais são os	

	bens jurídicos que compõem o estado ideal de coisas e de quais são os comportamentos considerados necessários à sua realização ..	100
2.4.6.5	Realização do percurso inverso: descobertos o estado de coisas e os comportamentos necessários à sua promoção, torna-se necessária a verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base no princípio em análise .....	101
2.4.7	<i>Exemplo do princípio da moralidade</i> .....	101
2.4.8	<i>Eficácia dos princípios</i>	
2.4.8.1	Eficácia interna	
2.4.8.1.1	<i>Conteúdo</i> .....	104
2.4.8.1.2	<i>Eficácia interna direta</i> .....	104
2.4.8.1.3	<i>Eficácia interna indireta</i> .....	105
2.4.8.2	Eficácia externa	
2.4.8.2.1	<i>Conteúdo</i> .....	106
2.4.8.2.2	<i>Eficácia externa objetiva</i>	
2.4.8.2.2.1	Eficácia seletiva .....	107
2.4.8.2.2.2	Eficácia argumentativa .....	108
2.4.8.2.2.2.1	<i>Direta</i> .....	109
2.4.8.2.2.2.2	<i>Indireta</i> .....	109
2.4.8.2.3	<i>Eficácia externa subjetiva</i> .....	110
2.4.9	<i>Eficácia das regras</i>	
2.4.9.1	Eficácia interna	
2.4.9.1.1	<i>Eficácia interna direta</i> .....	110
2.4.9.1.2	<i>Eficácia interna indireta</i> .....	110
2.4.9.2	Eficácia externa	
2.4.9.2.1	<i>Eficácia seletiva</i> .....	116
2.4.9.2.2	<i>Eficácia argumentativa</i>	
2.4.9.2.2.1	<i>Direta</i> .....	116
2.4.9.2.2.2	<i>Indireta</i> .....	117
2.4.9.3	Superabilidade das regras	
2.4.9.3.1	<i>Justificativa da obediência a regras</i> .....	120
2.4.9.3.2	<i>Condições de superabilidade</i>	
2.4.9.3.2.1	<i>Introdução</i> .....	122
2.4.9.3.2.2	<i>Requisitos materiais</i> .....	123
2.4.9.3.2.3	<i>Requisitos procedimentais</i> ..	127
2.5	<i>O convívio entre princípios e regras</i> .....	129
2.6	<i>A força normativa dos princípios</i> .....	130

<b>3. NORMAS DE SEGUNDO GRAU: POSTULADOS NORMATIVOS</b>	
<b>3.1 Introdução</b>	142
<b>3.2 Postulados hermenêuticos</b>	
3.2.1 Considerações gerais	144
3.2.2 Postulado da Coerência	
3.2.2.1 Da hierarquia à coerência	145
3.2.2.2 Coerência substancial	
3.2.2.2.1 Fundamentação por suporte	151
3.2.2.2.2 Fundamentação por justificação recíproca	153
<b>3.3 Postulados normativos aplicativos</b>	154
<b>3.4 Análise do uso inconsistente de normas e metanormas</b>	158
3.4.1 Consequências	159
<b>3.5 Diretrizes para a análise dos postulados normativos aplicativos</b>	160
3.5.1 Necessidade de levantamento de casos cuja solução tenha sido tomada com base em algum postulado normativo	161
3.5.2 Análise da fundamentação das decisões para verificação dos elementos ordenados e da forma como foram relacionados entre si	161
3.5.3 Investigação das normas que foram objeto de aplicação e dos fundamentos utilizados para a escolha de determinada aplicação	161
3.5.4 Realização do percurso inverso: descoberta a estrutura exigida na aplicação do postulado, verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base nele	162
<b>3.6 Espécies de postulados</b>	
3.6.1 Considerações gerais	163
3.6.2 Postulados inespecíficos	
3.6.2.1 Ponderação	164
3.6.2.2 Concordância prática	166
3.6.2.3 Proibição de excesso	167
3.6.3 Postulados específicos	
3.6.3.1 Igualdade	171
3.6.3.2 Razoabilidade	
3.6.3.2.1 Generalidades	173
3.6.3.2.2 Tipologia	
3.6.3.2.2.1 Razoabilidade como equidade	174

3.6.3.2.2.2	Razoabilidade como congruência .....	177
3.6.3.2.2.3	Razoabilidade como equivalência .....	179
3.6.3.2.2.4	Distinção entre razoabilidade e proporcionalidade .....	180
3.6.3.3	Proporcionalidade	
3.6.3.3.1	<i>Considerações gerais</i> .....	182
3.6.3.3.2	<i>Aplicabilidade</i>	
3.6.3.3.2.1	Relação entre meio e fim ....	184
3.6.3.3.2.2	Fins internos e fins externos	185
3.6.3.3.3	<i>Exames inerentes à proporcionalidade</i>	
3.6.3.3.3.1	Adequação .....	187
3.6.3.3.3.2	Necessidade .....	193
3.6.3.3.3.3	Proporcionalidade em sentido estrito .....	195
3.6.3.3.4	<i>Intensidade do controle dos outros Poderes pelo Poder Judiciário</i> .....	196
3.7	<i>Análise da falta de diferenciação entre os postulados</i> .....	198
4.	<b>CONCLUSÕES</b> .....	203
	<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	207